



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO  
VARA DO TRABALHO DE LINHARES  
**0000470-34.2023.5.17.0161**  
: ALESSANDRA DA SILVA LIMA  
: WILSIMAR DOS SANTOS COSTA E OUTROS (1)

## INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID e2cea6c proferido nos autos.

### **DESPACHO com força de edital de leilão para conhecimento de todos que se interessarem**

Por não embargada, julgo subsistente a penhora.

Designo leilão do bem abaixo descrito para os dias **02/06/2025 e 24/06/2025, a partir das 14 horas**, a ser realizado pelo leiloeiro, Sued Peter Bastos Dyna, na forma eletrônica no site [www.suedpeterleiloes.com.br](http://www.suedpeterleiloes.com.br)

Bem penhorado:

1 - Uma casa residencial, com 28,42m<sup>2</sup>, composta por uma sala, um quarto, uma cozinha e um banheiro, construída em Lote com 200 m<sup>2</sup>, matrícula 4.856, **avaliado em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no dia 11/12/2024;**

Localização: Rua 6, Lote 5, Residencial Conceição da Barra II, ES.

Quem pretender arrematar os bens, deverá se manifestar no dia, hora e endereço eletrônico acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lanço com o sinal de 20% (vinte por cento) do seu valor. Caso queira adquirir o(s) bem(ns) penhorado(s) em prestações poderá apresentar a proposta de aquisição por escrito, na forma do art. 895, incisos I e II, e parágrafos do atual CPC.

Nas hipóteses abaixo descritas, arbitra-se a comissão do leiloeiro a ser depositada em guia judicial na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil :

- Arrematação: 5% (cinco por cento) sobre o lance vencedor, acrescida das despesas que dispendeu, as quais ficarão a cargo do arrematante (artigo 884, parágrafo único, do atual CPC e art. 23, § 2º, da Lei 6.830/80);
- Pagamento (art. 826 do CPC): 2% sobre o valor da execução ou avaliação, o que for menor, a cargo da executada;
- Acordo: 3% sobre o valor da execução ou avaliação, o que for menor, a cargo da executada.
- Remição dos bens (art. 876, § 5º do CPC): 4% sobre o valor da execução ou avaliação, o que for menor, a cargo do terceiro adjudicante.
- Adjudicação: será cobrado do exequente apenas as despesas efetivamente efetuadas pelo leiloeiro, mediante comprovação nos autos, limitadas a 3% sobre o valor da execução, desde que o bem penhorado seja superior aos créditos do exequente.

Fica o leiloeiro autorizado a efetuar a remoção dos bens, respondendo, a partir do recebimento do bem pelo encargo de depositário.

A executada não poderá impedir o leiloeiro e/ou seu representante legal a vistoriar, fotografar e, se for a hipótese, remover os bens penhorados, ficando desde já advertida de que a obstrução ou impedimento constitui prática atentatória à dignidade da Justiça, sujeita a multa de até 20% do valor atualizado do débito (CPC, art. 774, parágrafo único).

Ficam, desde já, intimadas as partes da realização dos leilões, caso não encontradas.

Intime(m)-se, via postal, credor hipotecário/cônjuge do executado/coproprietários, se houver.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, das partes e do leiloeiro, este despacho com força de edital, em face dos princípios da economia e da celeridade processual, será publicado no DEJT - Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

LINHARES/ES, 01 de abril de 2025.

**LUIS EDUARDO SOARES FONTENELLE**  
Juiz do Trabalho Titular



Documento assinado eletronicamente por LUIS EDUARDO SOARES FONTENELLE, em 01/04/2025, às 18:41:48 - 8d34a11  
<https://pje.trt17.jus.br/pejkz/validacao/25040118404924300000038584906?instancia=1>  
Número do processo: 0000470-34.2023.5.17.0161  
Número do documento: 25040118404924300000038584906